

PR é o único estado a ter três finalistas em prêmio nacional

Iniciativas se destacam em premiação de inovação e tecnologia

O Paraná aparece com três territórios selecionados na 9ª edição do Prêmio Nacional de Inovação (PNI), promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As indicações são o Estação 43, em Londrina (PR); o Ecossistema Regional de Inovação do Sudoeste do estado; e o Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro (SRI-NP).

Cada um dos selecionados concorre em uma faixa de porte diferente dentro da categoria voltada a ambientes colaborativos de desenvolvimento econômico.

O resultado será divulgado no próximo dia 26 durante o 11º Congresso de Inovação da Indústria, no WTC, em São Paulo.

A premiação reconhece organizações, ambientes e projetos que contribuem para ampliar práticas de desenvolvimento científico, empreendedorismo e criação de novos negócios.

As candidaturas paranaenses disputam espaço com representantes da Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

O Estação 43 concorre entre estruturas de grande porte. O Ecossistema Regional de Inovação do Sudoeste participa no grupo de médio porte. Já o Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro está entre os concorrentes de pequeno porte.

Os três ambientes recebem suporte do governo do Paraná por meio de editais e programas



Roberto Dziura Jr/AEN

Projetos paranaenses se destacam no Prêmio Nacional de Inovação (PNI)

voltados ao desenvolvimento científico e econômico.

As ações envolvem a Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial (SEIA), a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), a Fundação Araucária e o Sistema Estadual de Ambientes Promotores de Inovação do Paraná (Separtec).

Entre os programas utilizados estão o Paraná Anjo Inovador, que apoia startups, e o Tecnova, direcionado a micro e pequenas empresas de base tecnológica.

Há também o Prime, que busca transformar resultados de pesquisas acadêmicas em produtos, serviços e novos negócios.

Outras ações estaduais incluem o Pacto pela Inovação e o modelo de repasse Fundo a Fundo, que amplia a capacidade dos municípios de estruturar políticas públicas ligadas ao setor.

Em Londrina, o Estação 43 atua como ponto de conexão entre empresas, universidades, centros de pesquisa e poder público. O espaço funciona como ambiente de articulação para desenvolvimento de soluções, criação de startups e ampliação de oportunidades de mercado para companhias de base tecnológica.

No Sudoeste, o ecossistema regional integra universidades, instituições de pesquisa, empre-

sas, poder público e entidades de apoio. A proposta é aproximar produção científica e demandas do setor produtivo, além de estimular empreendedorismo e formação de novos negócios.

O Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro completa 10 anos de atuação e envolve 16 municípios. A governança busca integrar políticas públicas, ampliar parcerias e incentivar crescimento econômico com base em conhecimento.

Entre as atividades promovidas pelo SRI-NP está a Genius-Con, que é um evento anual voltado à conexão entre estudantes, pesquisadores e startups.

Escolas do Rio Grande do Sul participarão do Desafio do Butiá 2026

Escolas do Rio Grande do Sul poderão participar do Desafio do Butiá 2026 nesta semana, entre segunda (9) e sexta-feira (13).

A iniciativa partiu do Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) em parceria com a Rota dos Butiazais.

A proposta convida estudantes a produzir vídeos curtos sobre o butiá e sua relação com os ecossistemas do Sul do Brasil.

O material deverá ser publicado no Instagram em formato Reels, com até 90 segundos, apresentando atividades realizadas em sala de aula ou em ações externas relacionadas ao tema.

A ação integra a programação da Semana da Biodiversidade nas Escolas e tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o bu-



Divulgação/Sema-RS

Vídeos tratarão do valor ambiental e histórico do fruto

tiazeiro, espécie nativa associada aos campos do Sul.

Segundo a Sema, a iniciativa também pretende estimular atividades pedagógicas voltadas à conservação ambiental, ao valor histórico e à cultura regional.

Participação

Podem participar escolas que já integram o Projeto Recuperação de Biomas e instituições interessadas em aderir à proposta.

As produções podem abordar experiências pedagógicas, recei-

tas e usos do fruto, ações de plantio ou manifestações artísticas relacionadas ao tema. Para validar a participação, as publicações precisam marcar o perfil @rotadosbutiazais, usar a hashtag #DesafioButiá e informar na legenda o nome da escola, município e descrição da atividade.

Concurso

A seleção ocorrerá em duas etapas. Inicialmente, uma comissão técnica avaliará critérios como relação com o tema, clareza pedagógica, qualidade audiovisual e participação da comunidade escolar. Os vídeos finalistas serão publicados no perfil da Rota dos Butiazais, onde o público poderá votar por meio de curtidas.

As três produções mais votadas receberão premiação.

TJSC receberá acervo sobre escravidão

Em Florianópolis (SC), o Museu Desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), receberá arquivo digital com mais de 8 mil imagens de documentos históricos sobre africanos escravizados e descendentes entre 1842 e 1921.

O material foi reunido em pesquisa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aborda comunidades localizadas em Santo Amaro da Imperatriz, Capivari de Baixo, Laguna e Tubarão. As imagens foram obtidas em livros de registros e notas consultados em serventias extrajudiciais.

De acordo com o TJSC, o levantamento integra o projeto “Relatórios antropológicos para as comunidades quilombolas catarinenses Tabuleiro, Caldas do Cubatão e Ilhotinha”, realizado por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED).

O estudo compõe a etapa do processo de regularização de territórios quilombolas.

A pesquisa contou com orientação da Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, que indicou 14 cartórios com possibilidade de manter documentos relacionados ao tema.

Os registros analisados incluem cartas de alforria, contratos de compra e venda de pessoas escravizadas, testamentos, transações de terras e certidões de nascimento, casamento e óbito vinculadas às comunidades analisadas.

Após verificação inicial, sete serventias confirmaram a existência de arquivos e receberam pesquisadores e historiadores. As equipes seguiram protocolo definido pela Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial para acesso e digitalização do conteúdo.

Ainda conforme divulgado pelo TJSC, o material será catalogado e incorporado ao acervo do museu, com objetivo de garantir a preservação e a consulta pública.

A partir da experiência, a Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial prepara um protocolo para inclusão no Código de Normas, com metodologia de acesso a registros em futuras pesquisas de interesse público e projetos ligados à preservação da memória documental.